

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima
Roberto de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 11 de maio de 1989

Dividido

O governo brasileiro não deverá, pelo menos a curto prazo, beneficiar-se do Plano Brady, isto porque, na opinião de autoridades financeiras do governo americano e internacionais, o Plano só poderia ser adotado por países que estejam num processo econômico estável, o que infelizmente não ocorre em nosso caso.

Esperam também nossos credores que, além de estabilidade econômica, consigamos fechar acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, o que para nós também se vem tornando muito difícil, já que não conseguimos apresentar a estes organismos metas econômicas realizáveis, particularmente no que toca ao nosso déficit público.

Não bastasse fechar-se esta porta ao governo brasileiro, nossas autoridades econômicas não foram felizes junto ao Banco Mundial, em vista da decisão deste em suspender empréstimos setoriais dados como certos pelo Brasil. Esta decisão, em nossa opinião de caráter claramente político, afetará basicamente, além de nosso setor elétrico, a pretendida

Impasse no campo externo

reforma do nosso sistema financeiro e a modernização de nossa política de comércio exterior, que deixam de receber cerca de US\$ 1 bilhão.

Embora nossas autoridades considerem a decisão do Banco Mundial absolutamente normal, estando dentro das possibilidades de uma negociação e, portanto, perfeitamente superável, é provável que por detrás desses fatos existam mais que simples divergências quanto à nossa política econômica interna ou mesmo sobre a expectativa do montante de nosso déficit público.

Para as instituições multilaterais de crédito, nunca a realização ou não de metas econômicas impostas aos países devedores se revestiu de grande importância. O que realmente sempre importou a estas instituições, como também aos outros credores, foi se os países interessados nas linhas de crédito estavam em

dia com seus pagamentos. O que, pelo menos ao que nos consta, acontece com o Brasil. Talvez entre todos os países em desenvolvimento, embora contando com a maior dívida externa, sejamos o melhor pagador, mesmo levando-se em conta o período de moratória decretada pelo então ministro Dilson Funaro.

Em nossa opinião, os resultados das negociações com o Banco Mundial, além das notícias do não aproveitamento pelo Brasil do Plano Brady, situam-se, infelizmente, na possibilidade de nossos credores, devido ao término próximo do governo Sarney, se terem decidido a nada decidir sobre nossa dívida ou futuros empréstimos e enquanto não possuímos um novo governo.

Lembremos que esta situação não é nova para nós. No fim do governo Figueiredo, não conseguiram nossas autoridades fechar uma nova carta de intenções com o FMI porque o

organismo decidiu nada fazer enquanto o novo governo não estivesse empossado. Não nos esqueçamos de que inclusive aquele acordo contava com o aval de Tancredo, que já eleito autorizou fosse assinado, o que não foi feito. Para o FMI, essa decisão foi inteiramente acertada, pois, morto Tancredo, o novo governo não firmou o acordo antigo.

As lições obtidas com os fatos daquele tempo possivelmente estejam a se repetir, e portanto nossas autoridades devem estar preparadas para que esta posição do Banco Mundial, que provavelmente sinaliza posições de outros organismos e de nossos credores, seja bem mais duradoura do que o simples entrave momentâneo de negociações rotineiras.

Se esta hipótese, o que é provável, vier a se cristalizar, devemos-nos reservar não só para maiores dificuldades como também, com justa indignação, questionar este governo sobre suas promessas, tão decantadas, da rápida normalização de nossas relações junto a nossos credores e da volta de dólares para o País.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4